

A comunicação humana

Diana Pessoa de Barros

Quando um rio corta, corta-se de vez o discurso-rio de água que ele fazia; cortado, a água se quebra em pedaços, em poços de água, em água parálitica. Em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação dicionária; isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma comunica, porque cortou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria. O curso de um rio, seu discurso-rio, chega raramente a se reatar de vez; um rio precisa de muito fio de água para refazer o fio antigo que o fez. Salvo a grandiloquência de uma cheia lhe impondo interina outra linguagem, um rio precisa de muita água em fios para que todos os poços se enframem: se reatando, de um para outro poço, em frases curtas, então frase e frase, até a sentença-rio do discurso único em que se tem voz a seca ele combate.

"Rios sem discurso"

João Cabral de Melo Neto

1. Língua como instrumento de comunicação

Todos nós nos acostumamos a considerar a comunicação muito importante (*Quem não comunica se estrumbica*), seja para o mundo globalizado de hoje, seja para o mundo de sempre, já que fundadora da sociedade.

Nos estudos da linguagem reconhece-se que a comunicação teve e tem papel essencial. No entanto, esse papel nem sempre foi julgado positivo para a linguagem e as línguas naturais do homem, nem sempre foi ponto pacífico que uma das funções da linguagem, como foi visto em capítulo anterior, é a de comunicação. No início do século XX, a afirmação de Saussure de que a língua é fundamentalmente um instrumento de comunicação constituiu uma das rupturas principais da linguística saussureana, em relação às concepções anteriores dos comparatistas e das gramáticas gerais do século XIX. Para esses estudiosos, a língua era uma representação, ou seja, representava uma estrutura de pensamento, que existiria independentemente da formalização linguística, e a comunicação

e a “lei do menor esforço”, que a caracterizam, seriam as causas da “desorganização” gramatical das línguas, do seu declínio e transformação em “ruínas linguísticas”. O português e o italiano, por exemplo, seriam “restos” em decadência do latim.

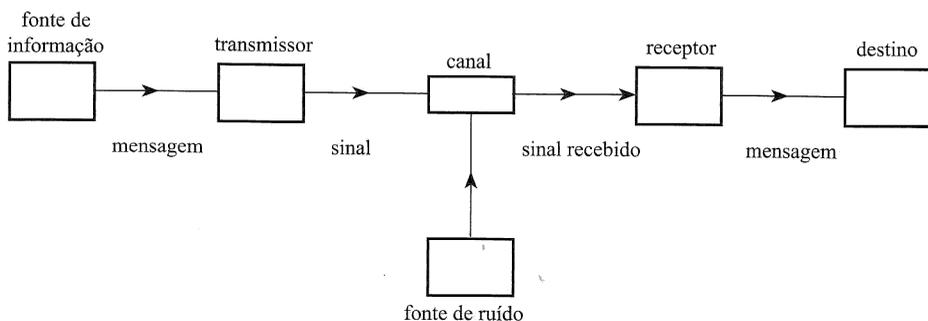
Dessa forma, uma das consequências da linguística saussuriana, principalmente entre os funcionalistas como Malmberg ou Jakobson, foi a introdução do exame da comunicação no quadro das preocupações linguísticas.

2. O modelo de comunicação da teoria da informação

Para o exame da comunicação à luz da Linguística, vamos tomar como ponto de partida, tal como fizeram os linguistas que inicialmente se preocuparam com a comunicação, alguns dados que não provêm dos estudos linguísticos propriamente ditos, mas da teoria da informação e da comunicação. A teoria da informação exerceu, sobretudo nos anos 1950, forte influência na Linguística.

Antes de tudo, é preciso esclarecer que a teoria da informação, ao examinar a comunicação o faz de perspectiva muito diferente da dos estudos linguísticos e com outros objetivos, que, muito sumariamente, diremos serem os da *medida da informação* (qual a quantidade de informação transmitida em uma dada informação) e os da *economia da mensagem*, tratando de questões como as de codificação eficiente, capacidade de transmissão do canal de comunicação ou de eliminação dos efeitos indesejáveis dos ruídos. A teoria da informação tem por fim solucionar problemas também de outra ordem, tais como os concernentes à telecomunicação, entre outros.

Uma das propostas mais conhecidas entre os linguistas foi a de C. F. Shannon, que propõe para a comunicação o esquema que segue, por nós traduzido:



O esquema da comunicação comporta assim um emissor e um receptor, divididos em duas ou mais caixas (há propostas com subdivisão maior), que separam a codificação e a decodificação da emissão e da recepção propriamente ditas, um canal, isto é, um suporte material ou sensorial que serve para a transmissão da mensagem de um ponto ao outro, e uma mensagem, resultante da codificação e entendida, no momento da transmissão, como uma sequência de sinais. Antes da transmissão da mensagem situam-se as

operações de codificação, com as quais se constrói a mensagem, e entre a recepção e o destino, as operações de decodificação, que permitem reconhecer e identificar os elementos constitutivos da mensagem. Os ruídos intervêm durante todo o percurso da informação e fazem diminuir a eficiência da comunicação. Ruídos são os diferentes elementos que interferem na comunicação. Podem ser físicos – barulhos, ruídos, problemas no canal de comunicação, etc. –, psicológicos – desatenção, desinteresse – ou culturais – problemas de código ou de subcódigo, falta de conhecimentos ou de crenças em comum, etc. Em outras palavras, nesse quadro teórico, a comunicação, se simplificarmos bastante, é entendida como transferência de mensagens, como a transmissão, de um emissor a um receptor, das mensagens organizadas segundo um código e transformadas em sequências de sinais. Uma das preocupações desse modelo é, portanto, a de melhorar a transmissão dessa mensagem-sinal, dessa mensagem pensada principalmente no plano dos significantes (de sua expressão sensorial).

Se pensarmos, porém, na comunicação entre seres humanos, mais especificamente na comunicação verbal, oral ou escrita, seremos obrigados a reconhecer que a comunicação tem também outros fins e que há algumas “dificuldades” nas propostas da teoria da informação.

Vamos tratar aqui de três dessas “dificuldades”, sob a forma de objeções ou críticas e de possíveis soluções:

- (a) simplificação excessiva da comunicação, ou seja, esses esquemas da comunicação simplificam muito a questão da comunicação verbal;
- (b) modelo linear da comunicação, isto é, a comunicação, no âmbito da teoria da informação, é concebida linearmente e diz respeito apenas, ou de preferência, ao plano da expressão ou dos significantes (mensagem como sequência de sinais); e
- (c) caráter mecanicista do modelo, ou seja, as propostas da teoria da informação praticamente não levam em consideração questões “extralinguísticas” ou do contexto sócio-histórico e cultural.

Nosso próximo passo será, assim, o de verificar de que modo os estudos da linguagem procuraram vencer as limitações apontadas dos esquemas e modelos da teoria da informação. Dois caminhos têm sido seguidos: o de procurar, de alguma forma, completar ou complementar as propostas excessivamente simplificadoras de comunicação; o de rever, de um outro ponto de vista, a questão da comunicação, sobretudo em relação aos aspectos criticados do caráter linear e mecanicista dos modelos anteriores propostos.

3. Simplificação e “complementação”: as propostas de B. Malmberg e R. Jakobson

Bertil Malmberg (1969) e Roman Jakobson (1969), entre outros linguistas ou teóricos da informação, fazem parte do primeiro grupo. Suas propostas, de alguma forma, procuraram “completar” ou “ampliar”, para que pudesse ser usado para a comunicação verbal, o modelo de comunicação excessivamente simplificado da teoria da informação, da teoria da comunicação ou da cibernética, ou dele aproveitar apenas

os elementos necessários ao exame da comunicação humana. “Caixas” são assim acrescentadas ou excluídas.

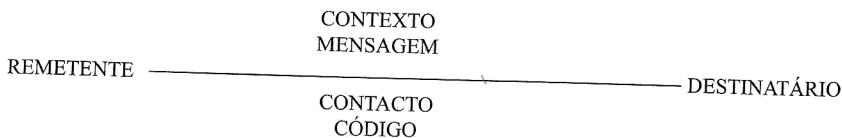
Malmberg (1969) faz uma descrição teórica geral do processo de comunicação em que, a partir do modelo da teoria da informação:

- (a) introduz a representação do código, como um conjunto de elementos discretos, os signos, guardados no cérebro (elementos discretos são aqueles que se definem pela relação que mantêm com os demais, relação esta que permite que os elementos sejam recortados de uma continuidade sem forma e delimitados uns em relação aos outros);
- (b) representa a relação de atualização das unidades linguísticas, situando-a entre o código e o emissor;
- (c) mostra a relação de estimulação que existe entre o universo dos fenômenos extralinguísticos, contínuos, e o emissor;
- (d) mostra que a representação da realidade formada pelo receptor não coincide com a do emissor; e
- (e) aponta diferentes fases na codificação e na decodificação da mensagem.

O esquema da p. 29, por nós adaptado, representa as fases principais de um processo de comunicação, tal como concebido por Malmberg, e em que a comunicação continua a ser entendida como a transferência de uma mensagem, linguisticamente estruturada, de um sujeito emissor a um sujeito receptor.

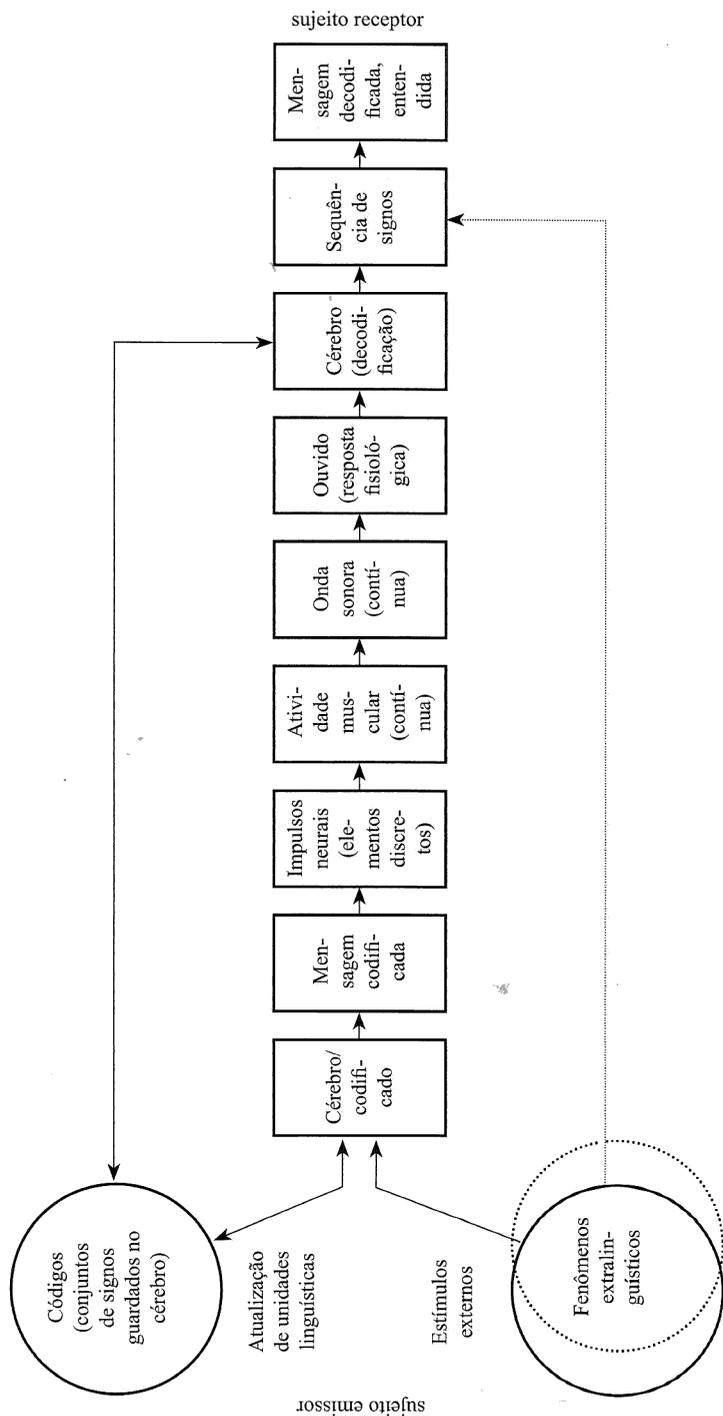
Entre os linguistas, porém, a mais conhecida das propostas de “ampliação” dos modelos da teoria da informação é, sem dúvida, a de Roman Jakobson (1969). A proposta teórica e os esquemas de Jakobson serão tomados como base das discussões sobre comunicação, que serão feitas a seguir.

Para Jakobson, na esteira dos estudos sobre a informação, há na comunicação um remetente que envia uma mensagem a um destinatário, e essa mensagem, para ser eficaz, requer um contexto (ou um “referente”) a que se refere, apreensível pelo remetente e pelo destinatário, um código, total ou parcialmente comum a ambos, e um contato, isto é, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacitem a entrar e a permanecer em comunicação. O esquema que segue permite visualizar, mas sem muitos detalhes, a proposta de Jakobson (1969: 123).

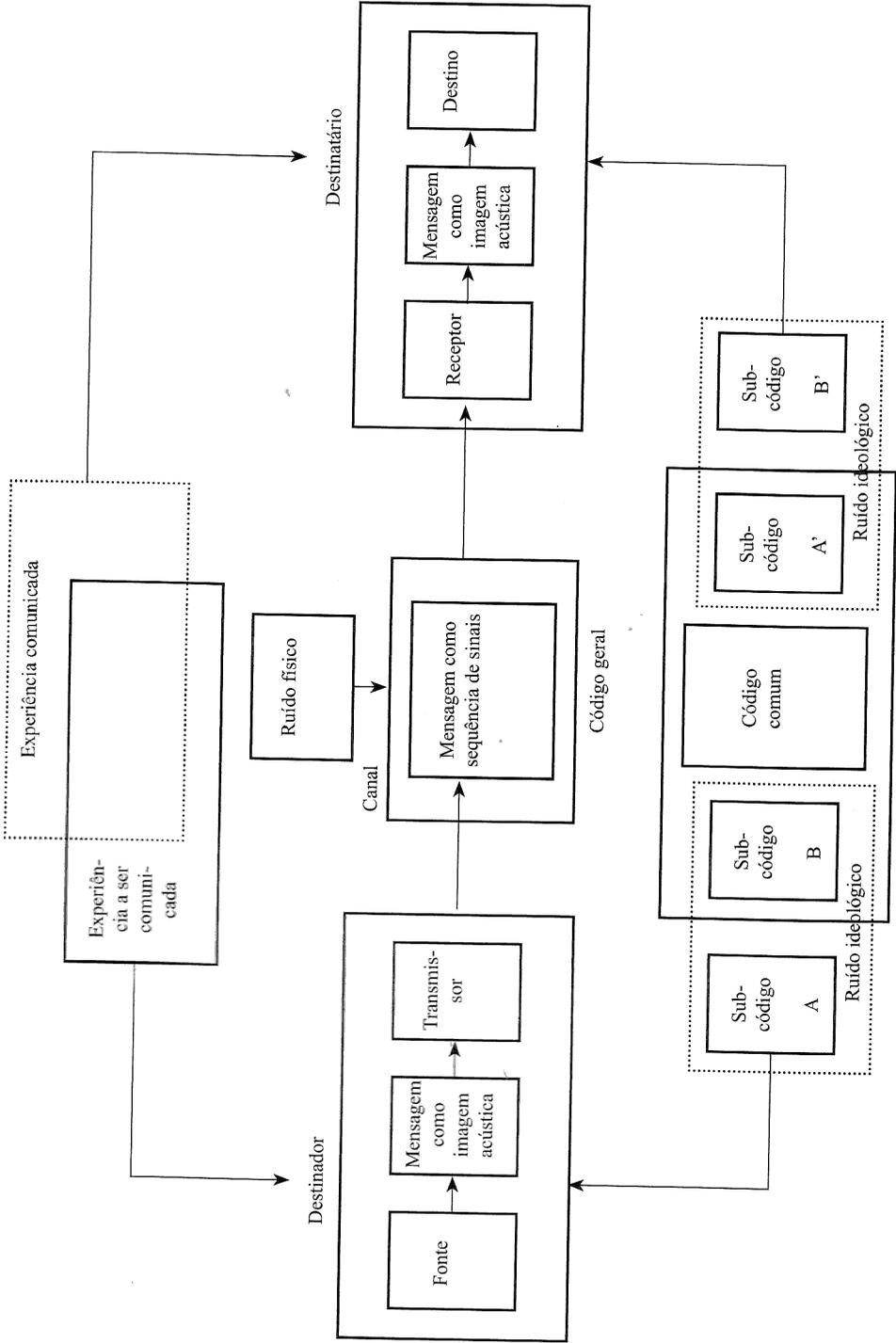


Ignácio Assis Silva (1972) propõe, por sua vez, uma representação mais detalhada do esquema de Jakobson (p. 30), retomando os elementos da teoria da informação não explicitados por ele.

Esquema de Malmberg



Esquema de Ignácio Assis Silva



Na proposta de Jakobson e na explicitação de Assis Silva, as principais contribuições foram, sem dúvida, a da *relação com o contexto, com a experiência comunicada ou a ser comunicada*, que, como vimos, foi tratada também na proposta de Malmberg, e a questão da *representação do código e dos subcódigos*, que examinaremos a seguir.

O código se define, nesse quadro teórico, como o estoque estruturado de elementos discretos que se apresentam como um conjunto de alternativas de seleção para a produção da mensagem. O termo *código* é utilizado em lugar de *língua*, tanto por causa da definição mais restrita acima apresentada, quanto por sua maior extensão de aplicação a sistemas linguísticos e não linguísticos, como o código de trânsito, por exemplo. Émile Benveniste (1976), ao comparar a comunicação das abelhas com a linguagem dos homens, conclui que as abelhas não têm linguagem, mas apenas um *código de sinais*, pois não há, entre as abelhas, diálogo, retransmissão de informação, metalinguagem, outros dados, além dos de alimentação, articulação, que são características fundamentais da comunicação entre seres humanos.

Para que haja comunicação é preciso um código parcialmente ou totalmente comum ao remetente e ao destinatário. Umberto Eco (1974) prevê uma caixa para o código, na comunicação entre máquinas, e aponta a necessidade de caixas diferentes para códigos e subcódigos, tal como explicitado por Assis Silva, no modelo de Jakobson.

Os subcódigos, dessa forma, introduzem no esquema da comunicação a questão da *variação linguística*, examinada, de diferentes perspectivas, pela sociolinguística, pela dialetologia ou pela geografia linguística.

Códigos diferentes impedem a comunicação (a não ser que ela se estabeleça por outro código, que não o verbal, por exemplo, como ocorre na comunicação gestual entre falantes de línguas diferentes). Assim, não houve comunicação entre uma turista brasileira e o garçom de um restaurante, em Buenos Aires, pelo fato de não falarem a mesma língua, de não usarem o mesmo código. Ao perguntar ao garçom qual era a especialidade da casa, a turista foi encaminhada ao banheiro, pois o garçom, que não falava ou entendia português, interpretou a questão no quadro das perguntas mais usuais sobre a localização do banheiro do restaurante. Mas também a pouca intersecção de subcódigos dificulta bastante a comunicação. Duas histórias com portugueses ilustram a questão. Ao ouvir de professores universitários portugueses, em um congresso na Espanha, que tinham feito a viagem de Portugal à Espanha de caminhonete, um brasileiro surpreendeu-se muito, até saber que, naquele subcódigo, caminhonete é o mesmo que ônibus. Outro “caso” é de uma estudante brasileira na Europa, com pouco dinheiro, como em geral acontece com estudantes no exterior, que, em um hotel em Lisboa, tendo sujado a pouca roupa que levava, não teve outro jeito senão deixar um bilhete à camareira, pedindo-lhe que mandasse lavar, com urgência, sua camisa branca, e que teve, ao voltar ao hotel, a triste surpresa de encontrar sua velha camisola (camisa, no subcódigo de Portugal) bem lavada e passada, e a camisa de que precisava, ainda suja e amassada. E ainda teve que pagar por isso. Em outras palavras, quanto maior for a intersecção entre os subcódigos do remetente e do destinatário, mais bem-sucedida será a comunicação.

Uma segunda questão, nem sempre bem explicitada no exame da comunicação e relacionada com a questão do código, é a da valoração dos diferentes códigos e subcódigos e da visão que o usuário tem da sua língua e das variantes que usa. Bons exemplos, em relação às diferenças de código e às visões que dele têm seus usuários, podem ser encontrados nas comunicações entre brasileiros e argentinos, ou dos franceses com falantes de outras línguas.

É fato conhecido que os brasileiros entendem melhor os argentinos do que os argentinos os brasileiros, e se há razões linguísticas para isso (o sistema vocálico do português e do espanhol, por exemplo), há também motivos de outra ordem: os argentinos consideram a sua língua melhor, mais importante e difundida do que o português, e não fazem nenhum esforço para entender os brasileiros. Da mesma forma, os franceses julgam que o prestígio de sua língua de cultura justifica o esforço dos demais em comunicar-se em francês.

Em relação aos subcódigos, a questão é muito próxima da acima apontada, pois há variantes consideradas mais ou menos prestigiosas pelos usuários. Além disso, porém, deve-se observar que, nesses casos, de grande diferença de reconhecimento, nem sempre a proximidade dos subcódigos, que dissemos ser necessária à comunicação, é garantia de comunicação eficiente. Observem-se dois casos de “linguistização” da política no Brasil. Um é o de Jânio Quadros que usava sempre o registro tenso e formal do subcódigo padrão ou culto em sua comunicação com eleitores, falantes de outro subcódigo, mais popular e desprestigiado. No entanto, mesmo havendo pouca intersecção entre os subcódigos do remetente e do destinatário, a comunicação era eficiente, porque o subcódigo de Jânio Quadros era considerado pelos próprios falantes do outro subcódigo, mais prestigioso e, portanto, apropriado a um prefeito, governador ou presidente competente, culto e capaz. Ao contrário, mesmo havendo grande intersecção entre o subcódigo usado por Lula e o de seus destinatários, a comunicação não era bem-sucedida (na eleição Lula vs Collor, por exemplo), pois o subcódigo de Lula era julgado por aqueles que usavam o mesmo subcódigo que ele, mas que incorporavam fragmentos da ideologia dominante, como sem prestígio e inadequado a um homem público.

Se as propostas de Jakobson ampliam o modelo da teoria da informação, sobretudo no que diz respeito aos códigos e subcódigos e à variação linguística, sua contribuição mais conhecida e igualmente relevante para o estudo da comunicação está relacionada com a questão da *variedade de funções da linguagem*. Jakobson mostrou que a linguagem deve ser examinada em toda a variedade de suas funções, e não apenas em relação à função informativa (ou referencial ou denotativa ou cognitiva), que, por ser a função dominante em certo tipo de mensagem e por ser a que interessa ao teórico da informação, foi, muitas vezes, no século XX principalmente, considerada a única ou a mais importante.

Jakobson retoma o esquema triádico de Bühler para as funções da linguagem – função expressiva, função apelativa e função representativa – e acrescenta-lhe mais três funções – função fática, função metalinguística e função poética. As funções estariam, segundo o autor, centradas em um dos elementos do processo de comunicação por ele proposto, ou seja, enfatizariam um desses elementos na comunicação, conforme o esquema que segue:

REFERENCIAL
(centrada no contexto ou referente)

EMOTIVA
(centrada no remetente)

POÉTICA
(centrada na mensagem)

CONATIVA
(centrada no destinatário)

FÁTICA
(centrada no contato)

METALINGUÍSTICA
(centrada no código)

Antes de examinar cada uma das funções, e mais particularmente as funções metalinguística e poética, que fizeram escola, duas observações devem ser feitas:

- as mensagens (os textos) não têm apenas uma função, mas várias ou mesmo todas, hierarquizadas, ou seja, há em cada texto uma função dominante;
- os textos-mensagens empregam procedimentos linguísticos e discursivos que produzem efeitos de sentido relacionados com as diferentes funções e que nos permitem identificá-las.

Dessa forma, os textos com função referencial, informativa ou representativa empregam principalmente os procedimentos que seguem: uso da 3ª pessoa, apresentação de qualidades “objetivas” ou “concretas” (não são quase empregados, por exemplo, adjetivos subjetivos como *lindo* ou *horroroso*, ou modalizadores como *eu acho*, *eu quero* e outros), emprego de nomes próprios e de estratégias argumentativas “lógicas” (provas, demonstrações, etc.). Os procedimentos usados produzem sobretudo dois efeitos de sentido, o de objetividade (3ª pessoa) e o de realidade ou referente (nomes próprios, qualidades “objetivas” ou “concretas”), isto é, de apagamento ou distanciamento do sujeito e de verdade dos fatos. Os textos com função referencial ou informativa são, portanto, aqueles que têm por fim, na comunicação, a transmissão objetiva de informação sobre o contexto ou referente de Jakobson ou, em outras palavras, sobre os fenômenos extralinguísticos de Malmberg ou as experiências comunicadas de Assis Silva. Não se pode, porém, esquecer-se de que objetividade e realidade são efeitos de sentido decorrentes dos procedimentos já mencionados. Os textos abaixo transcritos, reconhecidos facilmente como discursos científico e jornalístico, podem bem ilustrar a função referencial, assim como uma charge de jornal:

a) Todo ato depende de uma realidade desprovida de manifestação linguística. Assim, o ato de linguagem só é manifestado nos seus resultados e através deles, na qualidade de *enunciado*, enquanto a *enunciação*, que o produz, só possui o estatuto de pressuposição lógica. O ato em geral só recebe a formulação linguística de duas diferentes maneiras: ou quando é descrito, de maneira aproximada e variável, nos limites do próprio discurso, ou quando é objeto de uma reconstrução lógico-semântica, que utiliza os pressupostos extraídos da análise do enunciado, no quadro de uma metalinguagem semiótica. (Greimas, 1976: 57)

No discurso científico são usadas marcas de afastamento do sujeito – 3ª pessoa, presente do indicativo – que produzem o efeito de objetividade da ciência e que caracterizam um texto com função referencial e informativa.

b) Já houve 209 sequestros no Estado de São Paulo neste ano, número que supera a soma de todos os casos registrados nos cinco anos anteriores.

Em média, a cada 35 horas alguém é levado para um cativo. No ano passado, a proporção era de uma ocorrência desse crime a cada seis dias. (Folha de São Paulo, 11/11/01, p. A 41).

Observe-se, da mesma forma, no texto jornalístico o uso da 3ª pessoa (com recursos de verbos impessoais, como *haver*, de passiva, em *é levado*) e de dados “objetivos” (números: *209 sequestros, 35 horas, cinco anos, seis dias*; individualização do lugar e do tempo: *no Estado de São Paulo, neste ano, no ano passado*) que produzem os efeitos de objetividade, isto é, de não interferência subjetiva do jornal, e de realidade, ou seja, de coisa acontecida, que nos permitem reconhecer um texto com predominância de função referencial ou informativa.



A charge mostra o uso da 3ª pessoa, em lugar da 1ª, para produzir efeito de objetividade das informações prestadas pela personagem. A função referencial não é a predominante na fala da personagem (predomina a função conativa), mas aparece bem marcada, sobretudo graças ao procedimento mencionado de emprego da 3ª pessoa em vez da 1ª.

Os textos *com função emotiva* ou expressiva, por sua vez, usam, de preferência, os seguintes procedimentos: emprego da 1ª pessoa, apresentação de qualidades “subjativas”, por meio de adjetivos como *fantástico*, *encantador*, *medonho* e outros, ou de advérbios de modo, utilização de modalizadores relacionados com o saber, como *eu acho*, *eu considero*, etc., uso de recursos prosódicos de prolongamento de vogal, pausas, acentos enfáticos, hesitações, interjeições, exclamações. Os procedimentos empregados criam principalmente os efeitos de subjetividade e de emotividade ou de presença ou proximidade do sujeito que relata não propriamente os fatos, mas o seu ponto de vista sobre eles, os seus sentimentos e emoções sobre os acontecimentos. São, voltamos a insistir, efeitos de sentido das estratégias apontadas. Os textos que seguem ilustram a função emotiva:

- a) Todo ovo
- que eu choco
- me toco
- de novo.
- Todo ovo

conativa
emotiva

é a cara
 é a clara do vovô.
 Mas fiquei
 bloqueada
 e agora
 de noite
 só sonho
 gemada (Chico Buarque, "A galinha")

O texto acima tem, como função predominante, a função poética, mas também apresenta função emotiva, graças aos procedimentos de 1ª pessoa (*que eu choco*) e à apresentação de sentimentos e emoções (*me toco, fiquei bloqueada*), que produzem os efeitos de subjetividade, de emotividade ou de aproximação do sujeito, próprios da função emotiva.

- b) L2 , e:: e *Ponteio* é uma música maravilhosa aliás uma coisa
 [

 L1 () música maravilhosa ...

 L2 linda ... () mesmo tempo que foram

 [

 L1 pois é mas aí não há ...

 L2 premiadas as duas não é?

 L1 aí a Marília então ... ahn ... eh cantou lindamente ... e

 mais do que cantar eu acho que a Marília tem uma força

 dramática muito grande o que faz (com) que se suponha

 nela ... uma atriz dramática que não foi aproveitada ... (Castilho e Preti, 1987:248)

Observem-se no texto o uso de adjetivos (*maravilhosa, linda, dramática, muito grande*) e de advérbio de modo (*lindamente*), o emprego de 1ª pessoa, modalizadores (*eu acho que*) e de estratégias prosódicas (prolongamento de vogais, representado por ::, e pausas, assinaladas por ...), que levam ao reconhecimento de um texto com predominância de função emotiva.

c) Dignidade

Não sei de choro ou dou risada. Sou professora da rede pública do Paraná e amargo sete anos sem nenhuma reposição salarial. Meu marido é um pequeno empresário do setor de informática, competente tecnicamente e com boas ideias, mas parece que só isso não basta. Para termos uma vida, digamos, digna, acho que vamos precisar abrir um banco, pois, pelo que vejo, só eles estão conseguindo se manter neste país, e muito bem por sinal. Por que será? (Viviane Bordin Luiz, Cascavel, PR)

No texto citado, um trecho de carta de uma leitora de jornal, há marcas de função emotiva: 1ª pessoa e verbos de "sentimento" (*choro, dou risada, amargo*).

Os textos com predominância de *função conativa* ou apelativa, por sua vez, constroem-se, sobretudo, com os procedimentos que seguem: uso da 2ª pessoa, do imperativo, do vocativo, de modalização deôntica (dever), de estruturas de perguntas e respostas. Esses textos produzem os efeitos de sentido de interação com o destinatário, a que se procura convencer ou persuadir, e de que esperam, como resposta, atitudes e comportamentos, sejam eles linguísticos ou não. São, voltamos a afirmar, efeitos de sentido de procedimentos do tipo dos apontados. Os textos publicitários citados ilustram a função conativa:

- a) Você já tem o meu cartão?
 Então deveria ter. Porque o Super Cartão é ...

O texto usa a 2ª pessoa (*você*), os procedimentos de pergunta e resposta (*Você já tem o meu cartão?*) e a modalização deontica (*deveria ter*) para construir um texto com função conativa ou de persuasão do destinatário dominante.

b) O Itaú tem tudo. Só falta você. Abra já a sua conta

Procura-se um cliente mais ou menos com o seu perfil, com a sua idade e que more mais ou menos lá na sua casa.

O texto emprega a 2ª pessoa (*você*) e o imperativo (*abra*) para produzir o efeito de persuasão. A resposta esperada é a abertura de conta no Itaú.

c) Quando não puder passar no banco, é só usar o Real Internet Banking e o Real Internet Empresa, viu seu Luís? Pode ser do sítio mesmo.

São usados a 2ª pessoa, o vocativo (*viu seu Luís*), a estrutura de pergunta e resposta, para construir um texto com função conativa.

Se as três funções já examinadas são comumente apontadas, as três outras devem a Jakobson seu exame no quadro dos estudos linguísticos.

Os textos com *função fática* usam principalmente procedimentos prosódicos de pontuação da fala para ~~manter~~ o contato físico e/ou psicológico entre os interlocutores (*uhh, hã*), fórmulas prontas para iniciar ou interromper o contato (*olá, tudo bem?, como vai?, tchau, até logo, bom dia*, etc.) e para verificar se há ou não contato (*você está escutando?*). Os efeitos de sentido são os de aproximação e interesse entre remetente e destinatário, de presença de ambos na comunicação, de estabelecimento ou manutenção da interação. Jakobson diz que é a primeira função da linguagem que os homens usam, nas “conversas” do bebê com a mãe (*gu gu gá gá...*), e que é a única que temos em comum com as aves falantes, como as maritacas e os papagaios. Pesquisas com a fala de idosos dementes (Mansur, 1996) têm mostrado que é também a função preponderante na comunicação dessas pessoas, que buscam, a todo custo, mais do que informar, manter o contato com o destinatário.

Nos inquéritos do Projeto NURC (projeto de estudo da norma urbana culta), por exemplo, o entrevistador não está preocupado com as informações que o entrevistado possa dar sobre o tema (função referencial), mas apenas em fazê-lo falar, para obter mais informações sobre os usos da linguagem. O importante, assim, é sustentar o diálogo, ao contrário de outros tipos de entrevista, em que o entrevistador está interessado em obter certas informações. Dois procedimentos são usados para a manutenção do diálogo com preocupações apenas linguísticas: elementos prosódicos como “uhh uhh” e perguntas sobre questões já respondidas ou perguntas repetidas. Esses procedimentos constroem textos com função predominantemente fática. No inquérito 250 (Preti e Urbano, 1988:133-147), por exemplo, o entrevistador (Doc.), depois das perguntas iniciais, participa do diálogo mais 36 vezes: em dezenove faz apenas “uhh uhh”, em uma diz “isso...” e em outra, “certo”. Os textos abaixo exemplificam as perguntas repetidas, mesmo quando já respondidas:

a) Doc. – e o que você costuma comer em cada uma dessas refeições? (Preti e Urbano, 1988: 120)

Doc. – come em casa... e no café da manhã o que você come? (Preti e Urbano, 1988: 121)

A primeira pergunta já foi feita após o entrevistado ter explicado o que comia em cada refeição. Essas perguntas têm assim a função de manter o entrevistado falando.

b) Doc. – o que precisa uma peça pra ela realmente atingir o público?... (Preti e Urbano, 1988:43)
 Doc. – no seu entender o que é o imprescindível pruma:: peça de teatro obter sucesso? (Preti e Urbano, 1988:45)

Doc. – conta uma coisa... que tipo de peça assim... o estilo da peça... que você acha que é mais aceito pelo público;... quer dizer o:: o que o que precisa existir numa peça de teatro pra ela:: atingir realmente a massa?... (Preti e Urbano, 1988:49)

A mesma pergunta, já respondida, é reiterada, esvaziada, como um recurso fático de manutenção do diálogo.

Um último exemplo pode ser encontrado na foto publicada nos jornais brasileiros por ocasião da viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso aos Estados Unidos e de seu encontro com o presidente George W. Bush. Trata-se de texto com função fática, expressa na foto gestualmente (mãos, expressão facial, sorriso), mas provavelmente acompanhada das fórmulas de cumprimento de início de comunicação. A foto chama, porém, a atenção pelo fato de, ao contrário do usual, o cumprimento inicial da comunicação ocorrer com os dois presidentes sentados. Tudo indica que se trata de foto posada e não realmente de estabelecimento do contato. De qualquer forma, ela apresenta alguns elementos da gestualidade que estabelece o contato necessário ao prosseguimento da comunicação: o sorriso de interesse e satisfação pelo encontro, o gesto ritual do aperto de mãos, a inclinação corporal de um em direção ao outro, os olhares trocados.

Os textos com *função metalinguística* usam os procedimentos que seguem: verbos de existência (*ser, parecer*) ou de existência da significação (*significar, ter o sentido de*),



Os presidentes Fernando Henrique Cardoso e George W. Bush se cumprimentam no Salão Oval da Casa Branca, nos Estados Unidos.

em geral no presente do indicativo, em orações predicativas de definição (x é y). O efeito de sentido é o de linguagem que fala de linguagem, ou seja, de circularidade da definição e da comunicação. Não se deve confundir a função metalinguística de Jakobson com a metalinguagem científica. Metalinguagem científica e função metalinguística ordinária caracterizam-se ambas como uma linguagem definidora de outra linguagem, ou seja, como uma linguagem que fala de outra linguagem. Diferenciam-se, porém, pelo fato de a metalinguagem científica ser, por sua vez, definida por outra, uma terceira linguagem, a metalinguagem metodológica, o que não acontece com a função metalinguística ordinária. Assim, a função metalinguística produz o efeito de circularidade (de uma linguagem que define outra linguagem) e a metalinguagem científica produz a ilusão de superposição de níveis (de uma linguagem que define outra linguagem e é, por sua vez, definida por uma terceira). Os textos que seguem ilustram a função metalinguística e a metalinguagem científica.

(a) ... Agora, o senhor chega e pergunta: “Ciço, o que que é educação?” Tá certo. Tá bom. O que que eu penso, eu digo. Então veja, o senhor fala: “Educação”; daí eu falo: “educação”. A palavra é a mesma, não é? A pronúncia, eu quero dizer. É uma só: “Educação”. Mas então eu pergunto pro senhor: “É a mesma coisa? É o do mesmo que a gente fala quando diz essa palavra?”; aí eu digo: “Não”. Eu digo pro senhor desse jeito: “Não, não é”. Eu penso que não.

Educação... quando o senhor chega e diz “educação”, vem do seu mundo, o mesmo, um outro. Quando eu sou quem fala vem dum outro lugar, de um outro mundo. Vem dum fundo de oco que é o lugar da vida dum pobre, como tem gente que diz. Comparação, no seu essa palavra vem junto com quê? Com escola, não vem? Com aquele professor fino, de roupa boa, estudado, livro novo, bom, caderno, caneta tudo muito separado, cada coisa do seu jeito, como deve ser. Um estudo que cresce e que vai muito longe de um saberzinho só de alfabeto, uma conta aqui e outra ali. Do seu mundo vem um estudo de escola que muda gente em doutor. É fato? Penso que é, mas eu penso de longe, porque eu nunca vi isso por aqui.

Então, quando o senhor vem e fala a pronúncia “educação”, na sua educação tem disso. Quando o senhor fala a palavra conforme eu sei pronunciar também, ela vem misturada no pensamento com isso tudo; recursos que no seu mundo tem. Uma coisa assim como aquilo que a gente conversava outro dia, lembra? Dos evangelhos: “Semente que cai na terra boa e deu fruto bom”. (...)

Quando eu falo o pensamento vem dum outro mundo. Um que pode até ser vizinho do seu, vizinho assim, de confrontante, mas não é o mesmo. A escolinha cai não cai ali num canto da roça, a professorinha dali mesmo, os recursos tudo como é o resto da regra de pobre. Estudo? Um ano, dois, nem três. Comigo não foi nem três. Então eu digo “educação” e penso “enxada”, o que foi pra mim. (Sousa, 1984)

(b) O Professor Sampaio ensina ao ministro da Saúde que “em português, antraz é a denominação para um aglomerado de furúnculos, infecção estafilocócica relativamente frequente”. Em inglês, “anthrax” designa uma infecção em animais, mas que atinge o homem, grave e eventualmente fatal, cuja tradução para o português é carbúnculo. Em espanhol, “carbunco”, em francês, “charbon”, em alemão, “milzbrandkarbunkel”. Quanto a Rey, Sampaio sugere que consulte obras especializadas, como o *Dicionário de Termos Técnicos de Dalmare*, “cujo prefácio é de Carlos Chagas, glória da medicina brasileira e da Fiocruz, para saber a diferença entre antraz e carbúnculo”.

O que o professor Sampaio está dizendo, para tranquilizar pessoas que já foram vítimas do antraz no Brasil, é que essa doença, mais amena e frequente, não pode ser confundida com carbúnculo (anthrax, em inglês), “uma infecção em animais que atinge o homem de forma grave e eventualmente fatal”. Sampaio demonstra que tanto o clássico Candido de Figueiredo, como outros dicionários (Aurélio e Houaiss) se equivocaram e uns teriam reproduzido o erro de outros (Ulisses Capozoli, Nós e os outros na guerra bacteriológica. Texto recebido pela internet).

(c) Se se toma como ponto de partida a definição provisória da modalização, segundo a qual esta seria “uma modificação do predicado pelo sujeito (1), pode-se considerar que o *ato* – e, mais particularmente – o *ato de linguagem* – com a condição de que o sujeito modalizador seja suficientemente determinado, é o lugar do surgimento das modalidades” (Greimas, 1976: 57)

(d) Compõe-se a palavra de syllabas, como v.g. a palavra *Livro*, que se compõe de duas syllabas, que são *li*, e *vro*.

A syllaba é a compreensão de um som perfeito, que se pronuncia com um só espírito, ou accento, como na sobredita palavra *livro*, tanto *li*, como *vro* é syllaba, porque cada um delles faz um som perfeito, que se profere com um só espírito, ou accento. (Lobato, 1837).

Os textos (a) e (b) apresentam função metalinguística. No texto, discute-se uma definição de *educação* dada principalmente pela definição de dois campos semânticos para a palavra *educação*: um de escola, livro novo, caderno, caneta, professor fino, recursos; outro de escolinha cai não cai, professorinha, enxada, saberzinho. A linguagem está discutindo a linguagem e os sentidos das palavras que variam, conforme varia a inserção social dos falantes, questão de que trataremos mais à frente. No texto (b), usa-se também a linguagem para falar da linguagem, tanto do plano do conteúdo (carbúnculo, etc), quanto do da expressão (com z, com x, com th). Os dois casos são de função metalinguística, mas não de metalinguagem científica (embora no exemplo (b) possa haver alguma dúvida).

Já os textos (c) e (d) ilustram uma metalinguagem científica, a da Semiótica ou a da Linguística. No texto (c) define-se, metalinguisticamente, *modalidade* e *ato de linguagem*, termos que, por sua vez, já pertencem a uma metalinguagem, pois podemos dizer que os termos *dever* e *querer*, da língua portuguesa (1º nível de linguagem) são modalidades (2º nível de linguagem) e modalidade, por sua vez, deve ser entendida tal como no texto citado (3º nível de linguagem). É essa superposição de níveis que caracteriza a metalinguagem científica.

No texto (d), como se observa, ao dizer que *li* e *vro* são sílabas faz-se metalinguagem, ou seja, explica-se a língua portuguesa (*li-vro*) com uma metalingua (*silaba*), e ao dizer que *silaba* é a compreensão de um som perfeito, faz-se metalinguagem, isto é, explica-se a metalingua (*silaba*) com uma metametalingua (*compreensão de um som perfeito*). Tem-se aí, portanto, uma metalinguagem científica.

Finalmente, os textos com *função poética* empregam procedimentos no plano da expressão, sobretudo as diferentes formas de reiteração de sons (traços dos fonemas, sílabas, ritmos, entoações, etc). Jakobson diz que a *função poética projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação* (1969: 130). Em outras palavras, a função poética resulta de duas rupturas, de duas subversões: a primeira, em relação ao plano da expressão, que, em lugar de apenas expressar, “transparentemente”, o conteúdo, chama a atenção enquanto expressão “opaca”, com sonoridade, ritmo, entoação; a segunda, em relação aos dois eixos de organização da linguagem, o paradigmático e o sintagmático, definidos, respectivamente, como eixo das similaridades, em que se faz a seleção, e como eixo das contiguidades, em que se opera a combinação, pois o texto com função poética vai combinar, no sintagma, elementos similares, próprios do paradigma. Os efeitos de sentido são, portanto, o de coisa extraordinária, de novidade, graças à ruptura ou subversão da “normalidade”, o de estesia ou de perfeição, decorrente da superposição dos dois eixos de funcionamento da linguagem e da aproximação entre expressão e conteúdo; o de continuidade ou de apagamento das diferenças, tanto entre sintagma e paradigma, quanto entre expressão e conteúdo.

Jakobson insiste, com razão, em que função poética não ocorre apenas na poesia, em que, sem dúvida, é a função dominante, ou na literatura. Na fala do dia a dia, na publicidade, em textos de jornal ou religiosos, entre outros, ela também é, com frequên-

cia, usada, embora, nesses casos, esteja muitas vezes subordinada a outras funções da linguagem. Um bom exemplo são os nomes de estabelecimentos comerciais, que têm por função primeira a conativa, mas também empregam bastante a poética. Vejam-se os nomes que seguem:

- a) Doces da Laura
- b) Cantina do Sargento
- c) Tok-Stok
- d) Peg-Pag
- e) Serv-Lev

Todos os nomes têm a função conativa de levar o destinatário a ir à loja, à doceria ou ao restaurante. A diferença é que os dois primeiros usam, além disso, a função referencial, ou seja, informam que os doces são feitos pela Laura, doceira de prestígio, ou que a cantina é do Sargento, que trabalhou na cozinha de conhecido dono de restaurante italiano, enquanto os três últimos empregam a função poética. Nos nomes c, d e e há, assim, recursos de função poética: em c, reiteram-se a oclusiva dental surda [t], a vogal posterior aberta [ɔ] e a oclusiva velar surda [k], no mesmo tipo de sílaba e na mesma ordem; em d, repetem-se a oclusiva bilabial surda [p] e a oclusiva velar sonora [g], as duas vogais são abertas, [ɛ] e [a], variando apenas o grau de abertura e a posição delas, o tipo de sílaba e a ordem dos fonemas são os mesmos; em e, empregam-se a mesma vogal [ɛ] e a mesma consoante final [v]. Esses nomes produzem, portanto, com a repetição sonora, os efeitos de sentido de ruptura da “normalidade”, de perfeição e de continuidade mencionados, e procuram, com os recursos poéticos usados, convencer o destinatário, agora já no âmbito da função conativa, a tornar-se cliente de estabelecimentos tão novos, diferentes, bonitos, harmônicos.

Os textos que seguem têm, por sua vez, e ao contrário dos anteriores, a função poética como função preponderante:

- a) *A terra lauta da mata* produz e exhibe
um amarelo rico (se não o dos metais):
amarelo do maracujá e os da manga,
do oiti-da-praia, do caju e do cajá;
amarelo vegetal, alegre de sol livre,
beirando o estridente, de tão alegre,
e que o sol eleva de vegetal a mineral,
polindo-o, até um aceso metal de pele.
Só que fere a vista um amarelo outro,
e a fere embora baço (sol não o acende):
amarelo aquém do vegetal, e se animal,
de um animal *cobre: pobre, podremente.*
Os reinos do amarelo (João Cabral de Melo Neto)

No poema de Cabral, é fácil perceber a repetição, no primeiro verso da estrofe, de vogais abertas e anteriores ou agudas ([a] e [ɛ] e o percurso de abertura (de [ɛ] para [a]) e no último verso, de vogais posteriores ou graves ([ɔ] e [o]) e o caminho do fechamento (de [ɔ] para [o]). Em outras palavras, chama-se a atenção para o plano da expressão e sua sonoridade e produzem-se os efeitos mencionados de novidade, de estesia e de continuidade decorrentes, sobretudo, da relação simbólica que se estabelece entre esses traços da expressão e o conteúdo. Correlacionam-se abertura e anterioridade vocálicas *versus*

fechamento e posterioridade vocálicos, do plano da expressão, com natureza *versus* cultura, do plano do conteúdo:

$$\frac{\text{abertura + anterioridade}}{\text{natureza}} \equiv \frac{\text{fechamento + posterioridade}}{\text{cultura}}$$

O mundo é refeito ou lido de outra forma, graças às novas relações, não previamente codificadas, que se estabelecem entre expressão e conteúdo.

b) O que muda na mudança,
se tudo em volta é uma dança
no trajeto da esperança
junto ao que nunca se alcança? (Carlos Drummond de Andrade)

O texto de Drummond, como o anterior, mostra, no sintagma, a similaridade própria do paradigma, e produz também uma nova relação entre expressão e conteúdo:

$$\frac{\text{nasalidade}}{\text{manutenção}} \equiv \frac{\text{oralidade}}{\text{transformação}}$$

Devem-se ressaltar, na função poética, os efeitos já mencionados de novidade, estesia e continuidade e, principalmente, de recriação ou releitura do mundo, por meio do simbolismo que se instala entre expressão e conteúdo, nos textos em que predomina essa função.

Em síntese, as principais contribuições de Jakobson para o estudo da comunicação foram: a introdução das questões de variação linguística no modelo de comunicação, por meio dos códigos e subcódigos e de suas intersecções na relação entre remetente e destinatário; o reconhecimento de que os homens se comunicam com diferentes fins, tendo em vista a variedade de funções da linguagem que ocorrem no processo de comunicação, e de que essas funções não são únicas ou excludentes, mas se organizam hierarquicamente como funções predominantes ou não; o exame das funções metalinguísticas e, principalmente, poética, que contribuiu fortemente para o estudo dos textos poéticos na perspectiva dos estudos da linguagem.

Por outro lado, entre as críticas feitas à proposta de Jakobson deve ser ressaltada a de que, embora aborde questões de poeticidade, seu modelo tem ainda o caráter mecanicista dos da teoria da informação, ou seja, não examina adequadamente as relações sócio-históricas e ideológicas da comunicação, e praticamente não trata da reciprocidade característica da comunicação humana. Houve, é inegável, uma expressiva ampliação e complementação do modelo da teoria da informação, mas a comunicação continuou a ser um fazer-saber, isto é, a transmissão de um saber sobre o mundo, sobre as emoções do remetente, sobre o código, sobre o plano da expressão da mensagem, sobre o funcionamento do contato. Só na função conativa há, além do fazer-saber, um fazer o outro fazer.

4. Modelo linear e modelo circular da comunicação: a interação verbal

Os modelos da teoria da informação apresentados são essencialmente lineares, ou seja, tratam da transmissão da mensagem de um emissor a um receptor, sem ocupar-se da reciprocidade ou da circularidade característica da comunicação humana, ou seja, da possibilidade que tem o receptor de tomar-se emissor e de “realimentar” a comunicação, ou do alargamento e complexidade da comunicação que pode, por exemplo, dirigir-se a um destinatário, mas visando ao outro.

Como reação aos modelos lineares de comunicação, desenvolveram-se nos Estados Unidos, já a partir dos anos 1950, estudos, entre outros, de B. Bateson, E. Hall e E. Goffman, que propuseram um modelo “circular” para a comunicação. Surgiu assim a teoria da *nova* comunicação, com as noções de base de *feedback* ou de retroação e realimentação.

A comunicação deve ser, portanto, repensada, nesse quadro, não mais como um fenômeno de mão única, do emissor ao receptor, mas como um sistema interacional. Nesse sistema interacional importam não apenas os efeitos da comunicação sobre o receptor, como também os efeitos que a reação do receptor produz sobre o emissor.

Os estudos de Benveniste (1966) sobre a categoria de pessoa apontam já para a questão da reversibilidade ou da reciprocidade da comunicação. O *eu*, ao dizer *eu*, instala o *tu* como seu destinatário, mas esse destinatário pode, por sua vez, tomar a palavra e dizer *eu*, colocando agora o outro como *tu*. O diálogo, ou seja, a reversibilidade ou reciprocidade da comunicação, é condição da linguagem do homem. As abelhas, mostra Benveniste (1976), não têm diálogo. Como no código de trânsito, esperam do destinatário apenas um comportamento (partir em busca de alimentos, parar no sinal vermelho, e assim por diante). Não há diálogo com a luz vermelha do semáforo ou com a placa de “é proibido estacionar”. Não há outra resposta, a não ser a de parar e a de não estacionar.

Além disso, a reciprocidade da comunicação é a garantia da possibilidade, ao menos, de equilíbrio de poder entre os interlocutores de uma dada comunicação. Nos regimes autoritários não há direito de *resposta*. O patrão costuma dizer ao empregado, ou os pais ao filho, que ele é muito *respondão* ou, em outras palavras, que ele teve a ousadia de usar a reciprocidade característica da comunicação humana e de tomar a palavra, em resposta.

Dessa forma, desenvolveram-se, no âmbito dos estudos linguísticos e fora dele, principalmente entre os norte-americanos, estudos da interação entre sujeitos postos em comunicação.

Bakhtin (1981) foi o pioneiro nos estudos da interação ou do diálogo entre interlocutores. O autor russo procurou mostrar que a interação verbal é a realidade fundamental da linguagem. Além desses estudos precursores do dialogismo, duas direções foram tomadas nos estudos da interação: a da sociologia da comunicação, de que Goffman é um bom representante; e a da análise da conversação, de linha etnometodológica.

Goffman (1967 e 1973) examina, com essas preocupações, os procedimentos de preservação da *face*, na comunicação. *Face* é a expressão social do eu individual, a autoimagem pública construída. A interação põe em risco a face. Há estratégias tanto para ameaçar e atingir a face do outro quanto para protegê-la ou preservá-la, que variam de

língua para língua, de cultura para cultura. Os procedimentos de atenuação do discurso são bons exemplos de proteção da face:

- a) Saia já daqui!
- b) Saia daqui, por favor.
- c) Você poderia sair daqui?
- d) Será que você poderia sair daqui, por favor?

No exemplo (a), o uso do imperativo *saia* e do advérbio *já*, que produzem o efeito de ordem peremptória, ameaça a face ou a imagem pública do destinatário. Os exemplos de (b) a (d) mostram diferentes graus de atenuação do discurso, que procuram preservar, também de formas diferentes, a face do destinatário. No exemplo (b), a ordem foi atenuada com *por favor*. No exemplo (c), a atenuação, em grau maior do que no caso (b), ocorreu graças ao uso da interrogação e da modalização de possibilidade com o verbo *poder*, que caracterizam o pedido e não a ordem. Finalmente, em (d), o pedido é ainda mais atenuado com uma segunda modalização de possibilidade (*será que...?*) e com o emprego de *por favor*. Há, portanto, maior preservação da imagem pública ou da face do destinatário.

A Etnometodologia, por sua vez, procura examinar a interação social no comportamento cotidiano, diário. A conversação ou interação verbal seria uma forma privilegiada de interação. Nesse quadro, a análise da conversação esforça-se por descrever as estruturas e mecanismos que organizam a conversação e por correlacioná-los com funções interacionais.

Cinco aspectos merecem destaque no exame da comunicação como interação:

- em primeiro lugar, a questão de que, no processo de comunicação, os falantes se constroem e constroem juntos o texto;
- em segundo, a questão das imagens ou dos simulacros que os interlocutores constroem na interação;
- em terceiro, a questão do caráter contratual ou polêmico da comunicação;
- em quarto, a questão de que ao considerar a relação entre comunicação e interação não é mais possível colocar a mensagem apenas no plano dos significantes ou da expressão; e
- em quinto, a questão do alargamento da circulação do dizer na sociedade.

O primeiro aspecto, já acentuado nos estudos pioneiros de Bakhtin e retomado pelos diferentes estudos do discurso, é, assim, o de que os participantes de uma comunicação vão-se modificando, vão-se transformando, vão-se construindo na comunicação. Há, portanto, uma inversão de perspectiva: os sujeitos da comunicação não são dados previamente, mas constroem-se ao comunicar-se. Bakhtin afirma que, no diálogo, constroem-se as relações intersubjetivas, mas também a subjetividade. Os sujeitos são, na verdade, substituídos por diferentes vozes que fazem deles sujeitos históricos e ideológicos, como veremos à frente.

O segundo aspecto é o das imagens e simulacros intersubjetivos. Pêcheux, no âmbito da Análise do Discurso (AD), mostra que emissor e receptor estabelecem um jogo de imagens de que dependem a comunicação e a interação. São elas, principalmente, a imagem que o emissor faz dele mesmo, a imagem que o emissor faz do receptor, a imagem que o receptor faz dele mesmo e a imagem que o receptor faz do emissor. Osakabe

(1979) acrescenta outras imagens possíveis, como por exemplo, a que faz o receptor ao perguntar-se o que o emissor pretende falando daquela forma.

Um bom exemplo do jogo de imagens pôde ser observado quando parte da imprensa brasileira comentou que o então Presidente Fernando Henrique Cardoso disse, em seu discurso, na França, o que o público queria ouvir, pois criticou os Estados Unidos e a imposição que faz de políticas a outros países, na mesma direção assumida pela esquerda no Brasil, de cuja opinião o presidente e seu partido haviam discordado em discursos “internos” anteriores. O que a imprensa está dizendo é que o presidente elaborou a mensagem a ser comunicada conforme a imagem que faz do receptor e, quem sabe, também da imagem que faz de si mesmo (de grande estadista).

Outro exemplo é o do texto que segue:

Em 1968, os candidatos Antônio Rodrigues e Vingt-Un Rosado disputavam a Prefeitura de Mossoró (RN).

Aluízio Alves, cacique político do Estado, correu para tentar salvar a candidatura de Rodrigues, que perdia nas pesquisas por 4.000 votos. No último comício, abordou diretamente o alcoolismo do candidato, uma das causas da sua rejeição. Depois de enumerar as razões pelas quais as pessoas bebem, pediu que a plateia imaginasse como o rival, Vingt-Un, se eleito prefeito, trataria um bêbado que fosse procurá-lo no gabinete. Segundo Alves, ele nem seria atendido.

Alves pediu então que a plateia pensasse num outro cenário:

– Imaginem o Toninho prefeito. O assessor diz que tem um bêbado querendo dar uma palavrinha. O prefeito ordena: “Mande logo o colega entrar!”.

Foi uma gargalhada geral. Rodrigues venceu por 98 votos. (Folha de S. Paulo, 11/11/01, A4)

Nesse exemplo, o cacique político constrói um texto com base na imagem do receptor, que aprecia ou perdoa as falhas decorrentes de bebida. A comunicação, com função predominantemente conativa, foi bem-sucedida, pois levou o receptor a votar no candidato proposto pelo emissor. Com outro receptor, a estratégia poderia ter sido a de mascarar o alcoolismo do candidato e não de apresentá-lo como qualidade (tolerância com os “pequenos erros” que o receptor também comete).

É inegável que não falamos da mesma forma com aqueles em que acreditamos gostarem de nós, concordarem conosco e com aqueles de que estamos convencidos terem conosco sérias divergências. Igualmente, o receptor, ao receber e interpretar a mensagem, levará em conta as imagens que constrói do emissor e de si mesmo. Assim, uma mesma fala, vinda dos que consideramos amigos ou dos que julgamos inimigos, será entendida de modo muito diferente em cada caso. Quando a mãe, por exemplo, diz à filha que não é adequado vestir-se daquela forma em festa de casamento, a filha poderá não acreditar nisso, tendo em vista a imagem de conservadorismo que faz da mãe. Se, porém, uma amiga fizer a mesma observação, haverá muita possibilidade de a menina trocar de roupa.

No âmbito da semiótica de linha francesa, Greimas (1990), por sua vez, desenvolve a questão da construção de simulacros. Os simulacros são representações das competências respectivas que se atribuem reciprocamente os participantes da comunicação e que intervêm como algo prévio, necessário a qualquer relação intersubjetiva. Os simulacros são objetos imaginários que os sujeitos projetam e que, embora não tenham nenhum fundamento intersubjetivo, determinam de maneira eficaz o comportamento dos sujeitos e as relações entre eles.

Redações de vestibular com o tema de uma festa de desconhecidos ajudam a entender melhor a questão. Nessas redações, o sujeito constrói um simulacro do “dono da festa” ou da casa: o dono da festa tem a obrigação de ocupar-se dos participantes da festa, de dar-lhes atenção e de ajudá-los a relacionarem-se na festa. Mesmo no caso desses textos, em que o sujeito não tinha sido convidado para a festa e não conhecia o dono da festa. O simulacro construído determina a relação entre eles e leva o sujeito a criticar o dono da festa que não cumpriu o “acordo”, a ter raiva e até mesmo a querer vingar-se dele. Da mesma forma, um reitor conservador, em reunião com professores que pediam a palavra, deu a vez a uma professora mais velha e trajada elegantemente e não aos professores mais jovens e vestidos de modo informal, com base no simulacro de que a primeira professora estaria mais de acordo com ele, com seus valores. Diga-se, de passagem, que isso não aconteceu, para surpresa do reitor, que viu seus simulacros ser quebrados.

Em síntese, as imagens dos interlocutores ou os simulacros dos sujeitos constroem e determinam as relações de comunicação e de interação entre sujeitos.

Passemos agora à terceira questão, no item sobre comunicação e interação, a do caráter contratual ou polêmico da comunicação.

Os estudos de Goffman, como vimos, mostram os dois lados da comunicação ao tratar da preservação e das ameaças à face. Já os primeiros estudos de análise da conversação enfatizavam, sobretudo, o lado contratual da comunicação, o que levava os europeus, sobretudo os franceses, a referências, um tanto irônicas, ao “angelismo dos americanos”. Tomemos como exemplo os trabalhos de Deborah Tannen (1985 e 1986) sobre a repetição na fala. Tannen mostra a necessidade de uma teoria interativa da repetição e afirma que esta cria envolvimento interpessoal, cria afinidade. Diz a autora que os interlocutores, com a repetição, sentem-se “coerentes no mundo”, pois quando o ritmo conversacional é compartilhado e estabelecido sem esforço, quando mensagem e metamensagem são congruentes, quando as intenções dos interlocutores são bem compreendidas, tem-se a sensação de que tudo vai bem e de que o mundo é um lugar confortável. Houve mudanças e a análise da conversação mais recente cedeu um espaço maior à polêmica conversacional. A própria Deborah Tannen publicou um livro sobre a interação marido-mulher. Vejamos a seguir um exemplo de conversação mais polêmica (os grifos são nossos):

- L2 é família toda interessante inteligente ela o irmão...
 o irmão é maestro né?
 L1 (que) acho que não ...
 [
 L2 o irmão ela tem uma irmã que é poetisa
 que é muito inteligente também (né?)
 [
 L1 é mas eu acho
 que não I.
 [
 L2 jornalista e poetisa
 L1 eu acho que o maestro Julio Medaglia ele é
 Me-da-gli-a e ela é Medalha com L e H
 [
 L2 eu acho que ela modificou
 e ele é irmão dela ...
 L1 não não ... ((clique)) parece que não... eu não Posso

jurar sobre os evangelhos mas me parece que ... ahn::
 ela seria Medalha com L e H ...

- [
 L2 eu acho que ela modificou
 seu nome... ela () nome
 L1 e ele MeDA-glia
 L2 ()... tenho impressão...
 L1 a irmã dela eu conheço que é jornalista né? é uma moça
 jornalista ...
 L2 poetisa
 L1 poetisa... (Castilho e Preti, 1987: 249)

No texto citado, uma jornalista e uma escritora conversam sobre a família Medalha/Medalha. Há várias estratégias de discordância, sobretudo a correção do outro (heterocorreção) e o fato de as duas falarem ao mesmo tempo (sobreposição de vozes), tentando, uma delas, tomar a vez da outra (assalto ao turno), e a outra, manter a vez. Os casos de heterocorreção estão sublinhados no texto e os de sobreposição de vozes assinalados por [. Há, sem dúvida, atenuações da polêmica: não não... parece que não... eu não Posso jurar sobre os evangelhos mas me parece; acho que não; é mas eu acho que não.

No trecho da conversa citado, há apenas uma concordância, quando, no final, L₂, que L₁ corrigiu o tempo todo, discorda, por sua vez, de L₁, ao dizer que a moça não é ou não é apenas jornalista, mas poetisa. Nesse momento, L₁ concorda e repete *poetisa*.

A quarta observação, neste item sobre comunicação e interação, diz respeito ao fato de a mensagem ser considerada, nos modelos da teoria da informação, prioritariamente como plano da expressão, como sinal, em geral sonoro, que circula da boca de um ao ouvido do outro. Pêcheux propõe a substituição do termo *mensagem* pelo de *discurso* no esquema de comunicação. Discurso ou texto, conforme variem os quadros teóricos, essa substituição resolve uma das objeções inicialmente apresentadas, pois discurso ou texto devem ser aí entendidos como tendo duas faces: a da expressão ou dos significantes, que circula, como um sinal, entre emissor e receptor, a do conteúdo ou dos significados, inseparável da expressão que a “expressa” e que também circula entre destinador e destinatário.

Finalmente, a quinta e última observação é a de que, em estudos recentes, tem havido a preocupação em mostrar que a comunicação rompe muitas vezes o caráter “intimista” de um diálogo entre o *eu* e o *tu*, *aqui* e *agora*. Nesses casos, rompe-se o dialogismo mais estreito e alarga-se a circulação do dizer na sociedade. Pode-se exemplificar com uma entrevista ou com um júri.

No caso das entrevistas, na televisão ou na imprensa escrita, estabelecem-se três relações de comunicação: entre o entrevistador e o entrevistado, entre o entrevistador e o público, entre o entrevistado e o público. Em outras palavras, a relação entre o entrevistador e o entrevistado, que é a única explicitada nessa comunicação “alargada”, dependerá não só dos fatores já mencionados, mas também das relações dos interlocutores com o público. Na verdade, a comunicação com o público é o objetivo primeiro da comunicação entre entrevistador e entrevistado. Cria-se entre entrevistador e entrevistado uma interação particular, em que são eles cúmplices nas tarefas de informar e convencer o público e, ao mesmo tempo, oponentes na conquista dessa audiência. Os laços interacionais entre entrevistador e entrevistado são, por conseguinte, em geral frouxos, pois cúmplices ou oponentes, estão ambos mais preocupados em interagir com o destinatário-público. Vejamos:

a) Inf. – é o eu fa/ o que eu falei... agó/ na gravação não eu falei fora da gravação pra vocês... o que::: o brasileiro tem (...) (Preti e Urbano, 1988:44).

O entrevistado (Inf.) repete o que já dissera aos entrevistadores, mas que não fora gravado, manifestando assim preocupação com as condições de relacionamento com o público.

b) Doc. então e qual era a dieta de seu regime?

Inf. não era nada extraordinário viu era:: até muito comum (Preti e Urbano, 1988:235).

No material de língua falada do Projeto NURC-SP, de que foram extraídos os exemplos de fala, pode-se perceber que as entrevistas, ao contrário de outras formas de comunicação, usam bastante, como no exemplo acima, a negação polêmica. Na negação polêmica, o entrevistado (Inf.), em lugar de corrigir ou negar a fala do entrevistador (Doc.), “corrige” a voz do outro, a voz do senso comum, implícita, mas identificada com a do público. No exemplo citado o informante “corrige” o subentendido de que as dietas de regime são muito rígidas e difíceis, algo que não fora explicitamente dito pelo entrevistador.

Observe-se ainda, sobre a questão do alargamento da comunicação, a notícia de jornal sobre o julgamento dos jovens que mataram o índio pataxó:

A plateia chegou a dividir com os jurados a atenção da acusação e da defesa. Os advogados às vezes se distanciavam das sete pessoas designadas para decidir o caso e discursavam diretamente para o público presente, que reagia prontamente aos argumentos, levando a juíza Sandra de Santis a tocar a campainha.

No texto, relata-se o alargamento da comunicação, em princípio estabelecida entre os advogados e os jurados (e o juiz) e, em alguns momentos, com extensão ao público que, colocado então como destinatário da comunicação, a ela respondia.

No exame do aspecto interacional da comunicação observamos: a reciprocidade ou reversibilidade da comunicação sempre dialógica, por definição; o caráter ao mesmo tempo contratual e polêmico da comunicação; a construção de simulacros que regem as relações entre os sujeitos e, também, a constituição dos próprios sujeitos que dialogam; e o alargamento da circulação do dizer.

5. Caráter mecanicista e caráter “humanizante” das concepções de comunicação: competência modal e semântica dos sujeitos da comunicação

Por fim, chegamos à última questão, a do caráter demasiadamente mecanicista dos modelos de comunicação, mais apropriados à comunicação entre máquinas e que não levam em consideração, por exemplo, a inserção sócio-histórica e ideológica dos sujeitos envolvidos na comunicação. Dois aspectos serão assim observados, além dos que já foram tratados no item sobre interação: o da competência modal dos sujeitos que se comunicam, o das formações ideológicas, ou da competência semântica, responsáveis pelo discurso comunicado.

Greimas (1979 e 1990), no âmbito da teoria semiótica, aponta a necessidade de situar a comunicação no quadro mais amplo das atividades humanas. As atividades humanas desenvolvem-se segundo dois eixos principais: *o eixo da produção* ou da ação do homem

sobre as coisas, por meio da qual o homem transforma a natureza; o *eixo da comunicação* ou da ação do homem sobre outros homens, criadora das relações intersubjetivas, fundadoras, por sua vez, da sociedade. Segundo Greimas, ainda, a tradição antropológica francesa (Marcel Mauss e Lévi-Strauss) interpreta as atividades de comunicação como transferência de objetos de valor e como comunicação entre sujeitos, ou, especificando mais, como trocas de mulheres (que correspondem às estruturas de parentesco), como trocas de bens e de serviços (que equivalem às estruturas econômicas) e como trocas de mensagens (que correspondem às estruturas linguístico-discursivas).

Nesse quadro mais amplo, a comunicação entre sujeitos ocorre mediante objetos de valor (os discursos ou textos-mensagens) que circulam entre eles e que os constituem como sujeitos. É preciso, assim, rever as noções e as denominações de “emissor” e de “receptor” da comunicação, pois, nessa perspectiva, os sujeitos da comunicação não podem mais ser pensados como *caças* ou caixas vazias de emissão e de recepção de mensagens. Os sujeitos da comunicação devem ser considerados, em primeiro lugar, como *sujeitos competentes*, ou seja, o *destinador* e o *destinatário* (termos menos restritivos e, portanto, mais adequados do que emissor e receptor) têm de ter certas *qualidades* que permitam que eles se comuniquem.

Essas qualidades são de dois tipos: *modais* – o querer ou o dever, o saber e o poder fazer, no caso, comunicar-se – e *semânticas* – valores, projetos, que determinam a comunicação. Os sujeitos são, nessa perspectiva, considerados “plenos” ou “preenchidos” tanto por qualidades modais necessárias a suas competências comunicativas quanto por valores decorrentes das relações históricas, sociais e ideológicas.

Para examinar as qualidades modais é preciso, em primeiro lugar, saber o que é realmente esse *fazer comunicativo* que os sujeitos querem ou devem, podem e sabem realizar. Para tanto, é preciso retomar a questão das funções da comunicação, de perspectiva diferente da de Jakobson. Se, em geral, o fazer comunicativo é entendido como um fazer-saber, do destinador, e um adquirir-saber, do destinatário, pesquisas têm mostrado, porém, que, tal como indicado acima, para apreender o saber é necessário que o destinatário queira fazê-lo. Isso nos obriga a pensar na comunicação, ou melhor, no fazer comunicativo do destinador não apenas como um *fazer-saber*, mas principalmente como um *fazer-criar* e um *fazer-fazer*, e no fazer comunicativo do destinatário essencialmente como um *interpretar*. A comunicação confunde-se, dessa forma, com a manipulação e têm ambas a mesma estrutura.

O destinador exerce, portanto, dois fazeres: o *fazer emissivo*, de que já falamos bastante, e o *fazer persuasivo*, de que trataremos a seguir. O fazer persuasivo engloba os procedimentos utilizados pelo destinador para persuadir o destinatário, isto é, para fazê-lo crer e para fazê-lo fazer. O destinador, de forma explícita ou implícita, propõe ao destinatário um contrato, em que oferece valores modais ou descritivos que o destinatário deseja ou teme. O destinatário, em contrapartida, realiza, além do *fazer receptivo*, um *fazer interpretativo*, em que põe em jogo modalidades veridictórias e epistêmicas para interpretar a persuasão do destinador e, a partir daí, nele acreditar ou não. O destinatário vai interpretar se o destinador parece ou não e é ou não confiável, se os valores que ele oferece parecem ou não, e são ou não desejáveis. A fábula de Millôr Fernandes, *O gato e a barata*, ilustra uma relação de comunicação-manipulação:

A baratinha velha subiu pelo pé do copo que, ainda com um pouco de vinho, tinha sido largado a um canto da cozinha, desceu pela parte de dentro e começou a lambiscar o vinho. Dada a pequena distância que nas baratas vai da boca ao cérebro, o álcool lhe subiu logo a este. Bêbada, a baratinha caiu dentro do copo. Debateu-se, bebeu mais vinho, ficou mais tonta, debateu-se mais, bebeu mais, tonteou mais e já quase morria quando deparou com o carão do gato doméstico que sorria de sua aflição, do alto do copo.

– Gatinho, meu gatinho – pediu ela –, me salva, me salva. Me salva que assim que eu sair daqui eu deixo você me engolir inteirinha, como você gosta. Me salva.

– Você deixa mesmo eu engolir você? – disse o gato.

– Me saalva! – implorou a baratinha – Eu prometo.

O gato então virou o copo com uma pata, o líquido escorreu e com ele a baratinha que, assim que se viu no chão, saiu correndo para o buraco mais perto, onde caiu na gargalhada.

– Que é isso? – perguntou o gato – Você não vai sair daí e cumprir sua promessa? Você disse que deixaria eu comer você inteira.

– Ah, ah, ah, - riu então a barata, sem poder se conter – E você é tão imbecil a ponto de acreditar na promessa de uma barata velha e bêbada?

Moral: Às vezes a autodepreciação nos livra do pelotão.

A barata procura convencer o gato de que ele gosta de comer baratas e de que ela é confiável e se deixará comer, como estratégias para que ele a salve. Ora, sabemos muito bem que os gatos domésticos, gordos e bem alimentados, não comem baratas. Mesmo assim, a baratinha conseguiu convencer o gato e levá-lo a salvá-la. A baratinha realizou, assim, um fazer persuasivo (além do emissivo). Ao gato, por sua vez, coube o fazer interpretativo, isto é, ele interpretou a persuasão da baratinha, nela acreditou e fez o que ela queria. No final do texto, o que a baratinha diz ao gato é que ele não soube interpretar, ou seja, que com base em seus conhecimentos e crenças ele deveria ter interpretado que uma barata velha e bêbada nem parece nem é confiável e que não poderia, portanto, nela ter acreditado.

Outro bom exemplo é o do livro *Zélia, uma paixão*, de Fernando Sabino:

Ele lhe dissera, no começo, que ela não era “a sua mulher inaugural, mas sua estreia nos sentimentos”. Zélia acreditou. E ainda acreditava. Naquele dia 17 de maio, já tão distante, no restaurante Oásis, no Rio, uma churrascaria na Ilha do Governador, ele a pedira em casamento.

Nesse texto, Bernardo Cabral procura persuadir Zélia de que é confiável e de que vai casar-se com ela e ela interpreta o que lhe é dito e nele acredita. A comunicação mostra claramente os fazeres persuasivo e interpretativo que a caracterizam e que dependem de crenças, conhecimentos, aspirações e projetos do destinador e do destinatário.

Como se observou, nos textos examinados, tanto o destinador, para realizar o fazer persuasivo, quanto o destinatário, para exercer o fazer interpretativo, usaram sua competência semântica, constituída por seus sentimentos, valores, crenças e conhecimentos. Para persuadir e para interpretar é preciso comparar os conhecimentos, valores, crenças, da competência semântica dos sujeitos, com aqueles que estão em jogo na comunicação. Daí a afirmação de que os sujeitos da comunicação não podem ser considerados como casas vazias e sim como casas cheias de projetos, aspirações, emoções, conhecimentos, crenças, que vão determinar os modos de persuadir e as formas de interpretar. As estratégias de persuasão e as interpretações variam, assim, historicamente, de cultura para cultura, de sociedade para sociedade (de classe social para classe social). Fecha-se o círculo: os conhecimentos, crenças, sentimentos e valores dos sujeitos são resultantes de outras tantas relações de comunicação-manipulação-interação anteriores e vão-se modificando

e construindo, portanto, outros sujeitos a cada nova relação de comunicação. São sujeitos dotados de outras competências, velhas e novas, modais e semânticas.

Para terminar, algumas palavras sobre a questão da ideologia na comunicação.

Do que foi dito até agora, é fácil concluir que nenhuma comunicação é neutra ou ingênua, no sentido de que nela estão em jogo valores ideológicos, dos sujeitos da comunicação. Em outras palavras, as relações entre sujeitos são marcadamente ideológicas e os discursos que circulam entre eles e que estabelecem os laços de manipulação e de interação são, por definição, também ideológicos, marcados por coerções sociais.

Dois questões merecem destaque: em primeiro lugar, a da relação entre língua (enquanto sistema linguístico) e ideologia; em segundo lugar, a dos níveis de determinação ideológica do discurso, ou seja, de que forma e em que nível de organização linguístico-discursiva se dá a relação entre linguagem e ideologia.

A relação entre língua e ideologia é muito diferente da existente entre discurso e ideologia. Para Bakhtin (1981: 46) “o discurso reflete as mais imperceptíveis alterações da existência social”, enquanto na língua as modificações se processam lentamente. Na língua, segundo o autor, imprimem-se, com o tempo, traços dos discursos ideológicos, muitas vezes opostos e contraditórios, pois classes sociais diferentes utilizam o mesmo sistema linguístico e produzem discursos ideologicamente diferentes. Com isso, instalam-se na língua, no sistema linguístico, choques e contradições, em que se atraem e se rejeitam elementos tidos como inconciliáveis, confrontam-se índices de valor contraditório, que fazem da língua, ainda no dizer de Bakhtin, “a arena onde se desenvolve a luta de classes”. Assim, o dicionário (Aurélio) vai, por exemplo, definir *liberdade* ao mesmo tempo como “supressão ou ausência de toda a opressão considerada anormal, ilegítima, imoral”, quanto como “intimidade às vezes abusiva”, “intimidade sensual” ou “linguagem grosseira”. De um lado, tem-se liberdade como a ausência de opressão, de outro como bagunça, grosseria, abuso. São traços contraditórios, impressos na língua a partir de discursos ideologicamente diferentes. O poema de Frei Betto trata justamente dessa complexidade dos signos linguísticos:

Sequestro da linguagem

Primeiro, disseram que não haveria mais guerrilhas.
 Acreditei e, com as botas, abandonei sonhos revolucionários.
 Em seguida, disseram que terminara a luta armada.
 Tornei-me pois violento pacifista.
 Depois, disseram que a esquerda falira,
 E fechei os olhos ao olhar dos pobres.
 Enfim, disseram que o socialismo morrera,
 E que uma palavra basta: democracia.
 Então nasceu em mim
 A liberdade de ser burguês.
 Sem culpa.

Na mesma direção, mas avançando um pouco mais, José Luiz Fiorin (1988) procura verificar qual o lugar das determinações ideológicas na linguagem. O autor vai explicar as razões que nos permitem dizer algo aparentemente contraditório: “que a linguagem é determinada pelas condições sociais” e, ao mesmo tempo, “goza de certa autonomia em relação às formações sociais” (1988: 8-9). Para isso, Fiorin (1988) distingue o sistema virtual e abstrato

(a língua), entendido como um conjunto de elementos com uma organização interna, de sua realização concreta, em que separa, por sua vez, *discurso* e *fala*. “Os discursos são as combinações de elementos linguísticos usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psicofísico-fisiológica do discurso” (1988: 9).

Assim, a “mensagem” que circula na comunicação é, como já foi visto, um *discurso*, exteriorizado pela “sequência de sinais” de fala, também já mencionada. Fiorin vai procurar mostrar, na mesma direção do que vimos em Bakhtin, que é o discurso que sofre determinações sociais, que é o discurso que é marcadamente ideológico, acrescentando, porém, às reflexões de Bakhtin duas questões fundamentais: a da relativa autonomia do sistema linguístico em relação às formações sociais; e a do lugar das determinações sociais nos discursos.

Mostra, com riqueza de detalhes e de exemplos, que o sistema, em geral, se altera em razão de causas internas ao próprio sistema, isto é, de fatores especificamente linguísticos. Se fatores sociais determinaram, em algum momento, o aparecimento ou a alteração de categorias linguísticas, e com toda certeza o fizeram, essas causas perderam-se no tempo e as categorias ganharam autonomia.

O discurso, por outro lado, é o lugar por excelência das determinações sociais, já que, como vimos, é produzido por sujeitos “preenchidos” de crenças, conhecimentos e valores, e circula entre sujeitos também “cheios”, ideologicamente. Resta esclarecer em que ponto da organização discursiva ocorrem essas determinações. Fiorin distingue, com a teoria semiótica do discurso, o nível da sintaxe do discurso ou dos processos de estruturação, do da semântica discursiva, ou dos conteúdos investidos na organização sintática abstrata. No primeiro caso, no da sintaxe, tem-se, por exemplo, o procedimento de produção de um discurso em 1ª pessoa, que produz efeitos de subjetividade, ou em 3ª pessoa, que cria a ilusão de objetividade. Esses e outros procedimentos da sintaxe discursiva têm uma certa autonomia em relação às formações sociais, pois constituem, com os efeitos de sentido produzidos, o lugar da manipulação consciente (ou relativamente consciente) para a persuasão do destinatário da comunicação, tal como vimos nos itens anteriores, quando examinamos o jogo de imagens e de simulacros que se instala entre destinador e destinatário e que determina as escolhas de procedimentos que fazem os sujeitos da comunicação.

Já a semântica do discurso, que preenche a organização sintática com conteúdos, é o lugar das determinações sociais inconscientes. Esses elementos semânticos resultam, como vimos, de outros discursos, de outras comunicações e constituem a maneira de ver o mundo numa dada formação social. A semântica discursiva organiza os conteúdos e, portanto, os discursos em dois tipos, conforme variem os graus de concretização dos conteúdos: os temáticos e os figurativos.

Os discursos temáticos tratam os conteúdos de forma mais abstrata e os figurativos concretizam sensorialmente (com forma, cores, sons, gestos, cheiros) esses temas. Tanto os temas quanto as figuras sofrem as determinações sociais inconscientes e são, por excelência, o lugar da ideologia no discurso e na linguagem, como se pode observar no exemplo que segue:

Lá vem o grão-senhor em seu ginete. Ploc, ploc, ploc. Ouve-se o som do galope, ploc, ploc, cada vez mais próximo. Agora ele diminui a velocidade, ploc, enfim chega à porta do castelo. Então salta da montaria e enfia-se direto castelo adentro – claro que não se preocupa em amarrar o cavalo, menos ainda em desatrelá-lo. Não são coisas para pessoa de sua categoria. Quando chegou, o serviço ao qual

se dá o nome de palafrenero, ou cavalição, ou estribeiro, já estava a postos para executar o serviço. Da mesma forma, quando o senhor voltar a sair, lá estará o criado, presto, com o ginete no jeito para que as augustas botas não se deem ao trabalho de outro passo senão galgar o estribo.

Hoje o nome do palafrenero é manobreiro, ou manobrista. Manobreiro no Rio de Janeiro, manobrista em São Paulo. Os tempos mudaram, e com eles os trajes e muitas outras coisas. Os castelos rareiam, como habitação, e os animais perderam terreno, como meio de transporte, mas no país chamado Brasil o equivalente do palafrenero continua firme e forte, à porta dos restaurantes. “Boa tarde, doutor, pode deixar aí mesmo”. O doutor larga o carro onde lhe for de maior conforto. O manobrista (ou manobreiro) cuida do resto. (Roberto Pompeu de Toledo, “Pode deixar o carro aí mesmo, doutor”, em *Veja*, São Paulo, n.1447, p. 142, 5 jun. 1996)

No texto citado o tema é o do atraso medieval do Brasil em que se mantêm as desigualdades e em que triunfam o interesse individual sobre o coletivo, com duas coberturas figurativas, relacionadas metaforicamente, a do grão-senhor, do castelo, do cavalo, do criado, das botas, do palafrenero e a do manobrista-manobreiro, do doutor, do carro, do restaurante. A relação entre o tema e as figuras que o investem assinala, claramente, a posição ideológica do destinador, os valores comunicados em seu discurso e a determinação social desse discurso, que dialoga com outros tantos: para opor-se ao de direito ao privilégio e aos interesses individuais da classe social dominante; para concordar com o do caráter medieval e burro de uma elite que não se atualizou; ou para pôr-se de acordo com os discursos de preocupação primordial com a coletividade e não com os interesses individuais, e assim por diante. Nesse cruzamento de vozes que concordam ou polemizam entre si, constroem-se os discursos e os sujeitos da comunicação, determinados socialmente e, portanto, sempre históricos e ideológicos.

6. Bibliografia

- BAKHTIN, Mikhail. *Le principe dialogique*. Paris, Seuil, 1981.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística geral*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1976.
- CASTILHO, A. T de e PRETI, D. (org.) *A linguagem culta na cidade de São Paulo*. vol. II. Diálogos entre dois informantes. São Paulo: T.A. Queiroz/Fapesp, 1987.
- CHERRY, Colin. *A comunicação humana*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1974.
- DUCROT, O. e TODOROV, T. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1972.
- ECO, Humberto. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1974.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática (Série Princípios, 137), 1988.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1967.
- _____. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris: Minuit, 1973.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Du Sens*. Paris: Seuil, 1970.
- _____. *Semiótica do discurso científico. Da modalidade*. São Paulo: Difel/SBPL, 1976.
- _____. *Du Sens II*. Paris: Seuil, 1983.
- GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.
- _____. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage II*. Paris: Hachette, 1990.
- GRÜNIG, Blanche-Noëlle e GRÜNIG, Roland. *La fuite du sens. La construction du sens dans l'interlocution*. Paris: Hattier – Crédif, 1985.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

- LOBATO, Antonio José dos Reis. *Arte da Grammatica da Língua Portuguesa*. 1ª edição, Paris: Livraria Portuguesa de J.-P. Aillaud, 1837.
- MALMBERG, Bertil. *Linguística estructural y comunicaci3n humana*. Madri: Gredos, 1969.
- MANSUR, Letícia Lessa. *Formulação e reformulação: contribuição ao estudo da linguagem oral de indivíduos com demência do Tipo Alzheimer*. Tese de doutoramento. São Paulo, FFLCH-USP, 1996.
- PRETI, D. e URBANO, H. (org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. Vol. III. Entrevistas. São Paulo: T.A. Queiroz/Fapesp, 1988.
- OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.
- ROSA, Margaret. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.
- SCHAFF, Adam. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Almedina, 1974.
- SHANNON, C. F. e WEAVER, W. *The Mathematical Theory of Communication*. Urbana: The University of Illinois Press, 1949.
- SILVA, Ignácio Assis. *A dêixis pessoal*. Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH-USP, 1972.
- SOUSA, Antônio Cícero de. Prefácio. In: Bezerra, A. e Brandão C. R. *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 7-10.
- TANNEN, Deborah. *Repetition and Variation as Spontaneous Formulaicity in Conversation*. Georgetown University (mimeo), 1985.
- _____. *Ordinary conversation and literary discourse coherence and the poetics of repetition*. Georgetown University (mimeo), 1986.

7. Sugestões de leitura

Sugerimos que as reflexões sobre a comunicação sejam acompanhadas das leituras que seguem:

- JAKOBSON, Roman. "Linguística e poética". In: Jakobson, R. *Linguística e comunicação*, São Paulo: Cultrix, 1969, p.118-132.
- BENVENISTE, Émile. "Linguagem humana e comunicação animal". In: Benveniste, É. *Problemas de Linguística geral*, São Paulo: Nacional/Edusp, 1976, p. 60-67.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática (Série Princípios, 137), 1988, p. 1-19.